

ENTRE A MORTE COTIDIANA E O SILÊNCIO INSTITUCIONAL: SOFRIMENTO, CLASSE, GÊNERO E RAÇA NA RESIDÊNCIA EM SERVIÇO SOCIAL NA ONCOLOGIA E HEMATOLOGIA

Serviço Social; Sofrimento Emocional; Interseccionalidade; Condições de trabalho

Introdução

A residência em Serviço Social em Oncologia e Hematologia insere profissionais em formação num cenário de alta densidade emocional, marcado pela terminalidade, pelo luto antecipado e pela morte como rotina. Esse contexto, somado à precariedade das condições de trabalho e à ausência de suporte institucional sistemático, produz formas específicas de sofrimento psíquico que raramente são nomeadas ou enfrentadas pelas instituições formadoras. Agravando-se esse quadro quando se consideram as desigualdades de gênero, raça e classe que atravessam o corpo das residentes, majoritariamente mulheres, muitas negras, moldando diferentemente as experiências de adoecimento e invisibilidade na formação. O objetivo deste trabalho é refletir criticamente sobre as condições de trabalho e as formas de sofrimento vivenciadas por residentes de Serviço Social em Oncologia e Hematologia, articulando gênero, raça e classe como determinantes da experiência formativa no SUS.

Métodos

Relato de experiência com perspectiva crítico-reflexiva, fundamentado em revisão bibliográfica sobre saúde do trabalhador em formação, condições da residência multiprofissional no SUS e estudos de gênero, raça e classe na saúde. A experiência da autora como ex-residente e atual profissional da área constitui o eixo empírico da análise. Por tratar-se de relato de experiência reflexivo sem coleta de dados com seres humanos, não se aplica submissão ao CEP. Não há conflito de interesse declarado.

Resultados / Discussão

A vivência na residência em Oncologia e Hematologia revela tensões estruturais: sobrecarga emocional sem espaço de elaboração, ausência de suporte para o sofrimento do próprio residente, naturalização do adoecimento como parte do "preparo profissional" e silenciamento de demandas legítimas de cuidado. O olhar retrospectivo de quem hoje recebe novas residentes no mesmo serviço evidencia a reprodução cíclica dessas condições. A incorporação do recorte interseccional de classe, raça e gênero permite nomear que residentes negras e mulheres enfrentam camadas adicionais de invisibilidade, assédio velado e sobrecarga emocional, configurando uma experiência formativa desigual dentro da própria residência, contradição que o campo da saúde coletiva ainda pouco problematiza.

Considerações Finais

A residência em Serviço Social, ao não enfrentar as condições concretas de sofrimento de suas residentes, especialmente as determinadas por gênero, raça e classe, reproduz, no espaço da formação, as mesmas desigualdades que o SUS afirma combater. Nomear esse sofrimento é um ato político e uma exigência ética da formação em saúde.

Referência Bibliográfica

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Feminismos Plurais). BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Interministerial MEC/MS nº 1.077, de 12 de novembro de 2009. Institui o Programa de Residência Multiprofissional em Saúde e o Programa de Residência em Área Profissional da Saúde. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2009. CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011. CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Parâmetros para atuação de assistentes sociais na saúde. Brasília, DF: CFESS, 2010. CRENSHAW, Kimberlé.